



EDUCAÇÃO PARA SAÚDE SEXUAL DE JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE¹

Eunice Maria Nazareth Nonato, Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, MG, Brasil, eunicenazareth@hotmail.com

Edmarcius Carvalho Novaes, Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, MG, Brasil, edmarcius@hotmail.com

Lissandra Lopes Coelho Rocha, Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, MG, Brasil, lissandra.rocha@univale.br

Thamilly Ruas Figueirêdo Borborema, Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, MG, Brasil, thamillyborborema@hotmail.com

EIXO TEMÁTICO: Educação e Juventude

RESUMO: O acautelamento de jovens em conflito com a lei é objeto de pesquisas científicas para se compreender as diferenças socioculturais das juventudes existentes e os desafios das políticas de ressocialização. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é identificar a importância de políticas educacionais voltadas à saúde sexual de jovens no acautelamento. Trata-se de uma revisão bibliográfica (JUNQUEIRA, 2009, BORILLO, 2010; MISKOLCI, 2014) e documental, com utilização de dados secundários de pesquisa de campo (NOVAES, 2016) realizada na Unidade Socioeducativa do município de Governador Valadares/MG. Problematisa-se as práticas sexuais entre os jovens acautelados sem o uso de preservativos, a existência de práticas e discursos homofóbicos e a ausência de uma política educacional para diversidade sexual. Conclui-se pela necessidade de serem implementadas políticas educativas que assegurem a discussão no âmbito do acautelamento das questões afetas a diversidade sexual.

Palavras-chave: Juventudes, Acautelamento, Saúde Sexual, Educação para diversidade sexual.

Introdução

As discussões sobre o acautelamento de jovens autores de atos infracionais apontam para a existência de uma gama de recortes epistemológicos que, de certa forma, deflagram realidades que necessitam de intervenções diversas, sobretudo socioeducativas, e dentre estas, têm-se as questões afetas às vivências da sexualidade durante o acautelamento – marcado por um contexto dito como

¹ Trata-se de um trabalho decorrente de Projeto de Pesquisa denominado “Juventude, Educação e Direito”, da UNIVALE – Universidade Vale do Rio Doce (Governador Valadares), com financiamento da FAPEMIG (Fundação de Amparo a Pesquisa de MG).



heterossexual, e em razão disto, muitas vezes, silenciadas (as questões) nas propostas e práticas pedagógicas.

O presente trabalho se propõe a questionar como a educação para a diversidade sexual pode contribuir para/na formação das juventudes acauteladas, e quais seus efeitos nas sociabilidades vivenciadas naquele território de privação de liberdade.

Assim, têm-se como objetivo geral desta pesquisa identificar a importância de uma educação voltada à saúde sexual de jovens acautelados. Para tanto, se constituem como objetivos específicos para a pesquisa: conhecer quais são as políticas públicas de saúde sexual existentes em nosso país; elencar as experiências sexuais vivenciadas pelos jovens acautelados, a partir de pesquisa de campo realizada; e, problematizar as práticas sexuais no acautelamento pelo prisma da educação.

Essa pesquisa se justifica em razão de seu caráter teórico-empírico. A discussão teórica se dá ao se realizar uma revisão bibliográfica dos conceitos relativos à sexualidade e as normas de padronização heterossexuais que imperam no contexto da privação de liberdade. Já o aspecto empírico se dá a partir dos dados levantados por NOVAES (2016b), no Centro Socioeducativo São Francisco de Assis, no município de Governador Valadares.

A referida Unidade Socioeducativa é o campo de pesquisa do projeto “Juventude, Educação e Direito” (NONATO, 2014), de caráter extensionista e de pesquisa, financiado pela FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, e que conta com produções de egressos de programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território (NOVAES, 2016a), e bolsistas de iniciação científica oriundos de diversos cursos de graduação: direito, psicologia, engenharia civil, etc.

Essa instituição atende jovens com idades entre 14 a 21 anos, que durante o acautelamento, tem acesso à educação básica. Em suas dependências há uma escola da rede estadual onde os acautelados são escolarizados, além de desenvolverem atividades de cunho artístico (como o artesanato), praticam esportes físicos, bem como vivenciam processos educativos para aprenderem a lidar com normas próprias da convivência e a manterem disciplina.



Segundo dados do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo de Governador Valadares (2016), a Unidade acolhe cerca de 123 (cento e vinte e três) acautelados, todos do sexo masculino, com possibilidade de aumento deste número, em razão do atendimento contínuo à cidade e outros municípios próximos.

Problematizando as práticas sexuais no acatamento: um olhar educativo

As vivências da sexualidade de alguns jovens privados de liberdade no Centro Socioeducativo objeto desta pesquisa foram identificadas por Novaes (2016b): 60% dos jovens entrevistados mantinham uma vivência sexual antes do acatamento, ou ainda mantêm um relacionamento afetivo-sexual com alguém externo àquele ambiente –com a visita íntima que só ocorre durante os indultos ou após cumprimento da medida socioeducativa.

Assim, os jovens que mantêm o relacionamento heterossexual relataram que precisam se privar de suas vivências afetivo-sexuais durante o acatamento. A maneira que lidam com a sexualidade é, em sua maioria, negando a possibilidade de existência de relacionamentos entre eles, por vivenciarem apenas a heterossexualidade, além da prática da masturbação.

Os relatos dos jovens também mostram a padronização da heterossexualidade, o que nos remonta a Miskolci (2014): o fato da maioria das pessoas encararem a heterossexualidade com a própria ordem natural do sexo efetua a sua naturalização, torna-a o princípio da diferença sexual e social. Neste sentido, Novaes (2016b) explana sobre a sexualidade e sua relação com a disciplina dos corpos no acatamento:

A busca pela disciplina dos corpos pelos adolescentes, tanto antes, como durante o processo de cumprimento de medidas socioeducativas, demonstram a impossibilidade da prática sexual naquele território com outros adolescentes do mesmo sexo, bem como as dificuldades e/ou ansiedades pelos encontros com quem se relacionavam antes de estarem naquele local, visa atender à uma forma de exercício de poder sobre os corpos que se propõe à normalização, onde, arbitrariamente, é entendido como natural a prática da heterossexualidade, e por isto, tais adolescentes procuram preservar como manifesto de avaliação entre seus pares a heterossexualidade como padrão e a partir disto, possibilidade de hierarquização dos sujeitos no Centro Socioeducativo.” (NOVAES, 2016b, p. 27)



No entanto, alguns relatos demonstram a existência de práticas sexuais entre os adolescentes, aparentemente sem o conhecimento da administração do Centro Socioeducativo, e também a prática da homofobia. Os jovens parecem ter maior aversão aos que assumem as práticas sexuais e/ou sua identidade sexual, e aos que também apresentam mais características femininas, e isso é sustentado pelo sexismo – ideologia organizadora dos sexos e que se caracteriza pela objetivação, e conseqüentemente a inferiorização da mulher em relação ao homem (BORRILLO, 2010).

Supostamente, as práticas sexuais acontecem de forma velada, no entanto alguns relatos mostram que além dos discursos homofóbicos por parte dos jovens, se evidencia também a existência dessas práticas pelos agentes por meio da exposição e zombaria dos adolescentes que praticam atividades sexuais durante o acautelamento. Há ainda a separação de alojamentos, ou seja, os jovens que são “pegos” ou assumem as práticas sexuais são separados dos demais, o que pode ser visto como uma mera medida de segurança ou o estabelecimento de uma homofobia institucional, pois, desta forma, não se discute a questão entre os acautelados, o que, caso seja verdadeiro, evidência uma homofobia intencional, que segundo Miskolci (2014) visa “ignorar a existência do interesse por pessoas do mesmo sexo é uma das formas que instituição utiliza para construir identidades de gênero tradicionais, mas vale sublinhar que essa ignorância é intencional e ativa”.

Alguns dos jovens entrevistados (NOVAES, 2016b), relataram a existência de práticas sexuais durante o acautelamento sem uso de preservativo, visto a não distribuição por parte da instituição. Trata-se de uma situação preocupante, pois, sabe-se que no Brasil, a atividade sexual desprotegida é considerada o fator de risco mais significativo para a transmissão das IST/HIV nas instituições de privação de liberdade, o que torna o uso do preservativo nas relações sexuais algo imprescindível como prevenção de agravos (NICOLAU et al, 2012).

Neste sentido, a educação na diversidade sexual se faz necessária para que tais situações sejam problematizadas, institucionalmente. Junqueira (2009) afirma que a educação na diversidade se propõe a “incluir o outro e assegurar seu pertencimento a todos os espaços sociais sem subalternizá-lo”, ao passo que a educação para a diversidade tem por objetivo acentuar “a abertura para o novo, para



o reconhecimento da legitimidade da diferença, para a reflexão acerca da produção de diferenças e semelhanças e, não menos importante, para a crítica das relações de poder que presidem suas produções”. Já a educação pela diversidade “implica procurar se valer das potencialidades pedagógicas oferecidas pela própria diversidade” (2009, p. 177).

Portanto, diante dos fatos vivenciados pelos sujeitos da pesquisa, e dos aspectos conceituais acerca do papel educativo neste contexto de privação de liberdade, constata-se a necessidade de educar para a diversidade sexual (que, ao mesmo tempo se dá *para* e *pela* diversidade). O que requer a construção coletiva dos atores sociais envolvidos, isto é, os agentes socioeducativos, equipe administrativa e docentes da instituição de ensino existente na Unidade, para que “(..) pelo diálogo, pelas propostas de conhecimento e reconhecimento das diversas alternativas de convivência, inclusive afetivo-sexuais”, que os jovens acautelados poderão “(...) compreender que a diversidade vai muito além, desdobrando-se em questões culturais e que compõem a constituição humana: social, psicológica, política, e afetivo-sexual” (NOVAES, 2016b, p. 39).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o contexto do acautelamento requer processos educativos abrangentes que permitam aos jovens a construção de novas formas de convivência. Uma educação para a diversidade sexual neste território de privação de liberdade contribui para os processos de ressocialização, ao reconhecer as diversas formas de convivências e ao conceber o acautelamento como um território marcado pelo poder, que exigem superar práticas de invisibilidades, preconceitos e discriminações, sejam elas simbólicas ou materiais.

REFERÊNCIAS



Poços de Caldas

Congresso Nacional de Educação

www.educacaopocos.com.br 1-2 JUN 2017

BENINCASA, Miria; REZENDE, Manuel Morgado; CONIARIC, Janaína. **Sexo desprotegido e adolescência: fatores de risco e deproteção**. Psicologia: Teoria e Prática, v. 10, 2008, p. 121-134.

BORILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRASIL. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União. Brasília. 1990.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: uma prioridade do governo**/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2005. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) – (Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos - Caderno nº 1)

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

FRANCO, Maria Helena; RACY, Vera Lúcia Simonetti; SIMONETTI, Maria Cecília Moraes. **Direitos sexuais e reprodutivos de jovens e adolescentes**. Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade. 2012. p. 114-130

GOVERNADOR VALADARES. **Plano Decenal de Atendimento às Medidas Socioeducativas de Governador Valadares**. Secretaria Municipal de Assistência Social. Prefeitura Municipal de Governador Valadares. 2016.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**: Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2009.

MISKOLCI, Richard. **Sexualidade e Orientação Sexual**. In: Marcas da Diferença no Ensino Escolar. Org: Richard Miskolci. São Paulo: UFSCar, 2014.

NICOLAU, Ana Izabel Oliveira; RIBEIRO, Samila Gomes; LESSAL, Paula Renata Amorim; MONTEL, Alana Santos; BERNARDO, Elizian Braga Rodrigues; PINHEIRO, Ana Karina Bezerra. **Conhecimento, atitude e prática do uso de preservativos por presidiárias: prevenção das DST/HIV no cenário prisional**. Rev. Esc. Enferm. USP vol. 46 n.3 São Paulo, Junho. 2012

NONATO, Eunice Maria Nazareth. **JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E DIREITO: ação de intervenção em um centro socioeducativo**. Projeto de Pesquisa e Extensão. Universidade Vale do Rio Doce. 2014.



Poços de Caldas

Congresso Nacional de Educação

www.educacaopocos.com.br 1-2 JUN 2017

NOVAES, Edmarcius Carvalho. **As multiterritorialidades da condição juvenil a partir da marca do acautelamento.** Universidade Vale do Rio Doce. Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território (dissertação de mestrado). Governador Valadares. 2016a.

_____. **Educação na diversidade sexual e a juventude privada de liberdade: realidades e desafios.** Pós-Graduação *Latu Senso* em Gênero e Diversidade na Escola. UFMG. Belo Horizonte. 2016b.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948.

WAISELFIZ, Julio Jacobo, XAVIER, Roseane; MACIEL, Maria; BARBOSA Patrícia Dantas. **Relatório de desenvolvimento juvenil - 2003.** Brasília: UNESCO; 2004.